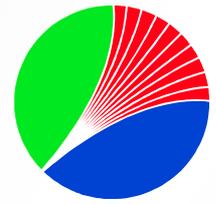


**Banco do
Nordeste**



***Fundo Constitucional de
Financiamento do Nordeste
- FNE -***

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES E
RESULTADOS**

2001

SUMÁRIO

1. Apresentação	2
2. Sumário Executivo	3
3. Contexto Macroeconômico em 2001	5
4. A Demanda por Investimentos em 2001	5
5. Natureza do FNE e os Instrumentos de Suporte Disponibilizados pelo Banco do Nordeste.....	7
6. Desempenho Operacional e Resultados.....	8
6.1. Contratações Globais e Aspectos Financeiros.....	8
6.2. Repercussões Macroeconômicas das Aplicações do FNE	11
6.3. Contratações Setoriais	13
6.3.1. Setor Rural	13
6.3.2. Setor Industrial, Agroindustrial, Comercial e Serviços	18
6.3.3. Valores Programados x Valores Realizados.....	20
6.3.4. Pólos de Desenvolvimento Integrado	21
6.4. Impactos Redistributivos das Aplicações do FNE	23
6.4.1. Contratações por Estado.....	24
6.4.2. Contratações no Semi-Árido e Fora do Semi-Árido	26
6.4.3. Contratações por Porte de Beneficiário	27
6.4.4. Contratações por Prioridade Econômica	28
6.5. Inadimplemento das Operações	29
6.6. Ações de Capacitação	30
6.7. Farol do Desenvolvimento.....	32
6.8 Projeto Moxotó-Pajeú.....	33
7. Anexos	35

1. Apresentação

O Banco do Nordeste encaminha ao Ministério da Integração Nacional o Relatório de Atividades e Resultados do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, relativo ao exercício de 2001, contemplando as orientações da Resolução nº 11.271, de 07/12/2000, desse Ministério.

Alcançou-se, com as contratações do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, no período, o montante de R\$ 302,5 milhões e contemplando mais de 62 mil beneficiários. Essas aplicações propiciarão, ao longo do período de implantação dos investimentos, a geração de 88,5 mil novas oportunidades de trabalho (diretas e indiretas). Já o valor agregado, que representa o montante de renda efetivamente gerado pelos financiamentos, deverá alcançar R\$ 346,9 milhões.

Especialmente tendo em consideração o cenário regional adverso para a concessão de crédito de longo prazo, o Banco dedicou especial atenção aos instrumentos potencializadores da ação do FNE, cujo papel estruturador das atividades contribui para a redução do risco das operações. Deve-se destacar, nesse sentido, a transformação do Projeto Estruturante de Capacitação dos Agentes Produtivos em uma área formal do Banco - consolidando-o - e a disseminação do Programa Rádio Nordeste - com o qual o Banco levou novos conhecimentos e informações a mais de 469 mil produtores da Região.

2. Sumário Executivo

01. Em 2001, as operações contratadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE alcançaram o montante de R\$ 302,5 milhões, beneficiando 62.056 produtores/empresas.
02. No primeiro semestre do ano, o Fundo Constitucional manteve o apoio à consolidação do pólo automotivo regional – projeto Amazon, no estado da Bahia, de fundamental importância para o desenvolvimento da Região, pelos efeitos que terá sobre as economias dos demais estados, motivo por que a alocação setorial e geográfica dos recursos – no ano - apresenta-se distinta dos padrões observados nos anos anteriores. Esse desvio não se verifica quando considerados os valores acumulados.
03. Os produtores e empresas classificados como de mini e pequeno porte representaram 98,7% dos beneficiários e receberam 43,6% dos créditos concedidos – apesar da operação do Projeto Amazon anteriormente referida - resultados que refletem a continuação dos esforços do Banco do Nordeste no sentido de tornar mais amplo o acesso ao Fundo. Desconsiderada aquela operação, a participação dos beneficiários de mini e pequeno porte elevar-se-á a 59,2% do valor emprestado.
04. Como resultado dos projetos financiados durante o ano, estima-se um acréscimo anual do produto (valor agregado) regional da ordem de R\$ 346,9 milhões, com base no Modelo Econométrico de Insumo-Produto do Nordeste, utilizado pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE.
05. As contratações com recursos do FNE serão responsáveis pela geração de cerca de 88,5 mil novas oportunidades de trabalho (diretas e indiretas), ao custo de R\$ 3.418,85 por emprego gerado, considerada a relação valor contratado/emprego total (diretos + indiretos).
06. As produtividades setoriais médias da mão-de-obra, dadas pela relação valor agregado/empregos diretos e indiretos, foram: comércio e serviços R\$ 11.434,51; indústria - R\$ 7.241,49; agroindústria – R\$ 7.209,06; e agropecuária - R\$ 2.655,61.
07. As atividades rurais absorveram R\$ 147,0 milhões (48,5% do total contratado), enquanto as atividades industriais, agroindustriais e de comércio e serviços ficaram com os R\$ 155,5 milhões restantes (51,5% do total contratado).
08. A bovinocultura, a ovinocaprino cultura e a carcinicultura, com 18,5%, 7,9% e 0,4% das aplicações totais do FNE, respectivamente, destacaram-se dentre as atividades pecuárias mais absorvedoras de recursos. Destaca-se o crescimento da ovinocaprino cultura como resposta aos esforços do Banco na estruturação dessa cadeia produtiva.

09. Salienta-se, dentro das atividades agrícolas, o contínuo crescimento da agricultura irrigada nas aplicações rurais, que avançou quase sete pontos percentuais entre 1998 e 2001, tendo alcançado, nesse último ano, uma participação de 19,5%.
10. As aplicações no setor industrial e agroindustrial concentraram-se nas indústrias de bens de capital e de consumo duráveis, que absorveram 33,4% (R\$ 100,8 milhões) do valor aplicado pelo FNE. Dentro desse grupo, o destaque foi a atividade de material de transporte, com R\$ 100,7 milhões, em decorrência da consolidação do pólo automotivo da Região.
11. O apoio às atividades comerciais e de serviços, iniciado no ano de 2001, correspondeu a 1,7% dos recursos do FNE, absorvendo R\$ 5,2 milhões, dos quais o comércio atacadista ficou com a maior parte (R\$ 1,3 milhões).

3. Contexto Macroeconômico em 2001

O ano de 2001 caracterizou-se pela presença de adversidades tanto no contexto internacional, tais como: a desaceleração da economia norte-americana, agravada pelos atentados de 11 de setembro, e a crise Argentina, quanto no contexto nacional, onde se destaca o agravamento da crise energética.

Desta maneira, as dificuldades minaram o cumprimento das metas de política econômica do governo brasileiro. As taxas básicas de juros encerraram o ano em 19,05 % e a inflação atingiu 7,67%, ambos valores acima do planejado pelo Banco Central.

A despeito desse contexto pouco favorável, a economia brasileira, a exemplo do já acontecido em 1999, revelou crescimento no ano de 2001, comparativamente a 2000. Consoante o IBGE, até o terceiro trimestre de 2001, o PIB registrou taxa acumulada de crescimento de 2,25 %, face o mesmo período de 2000. Cabe destacar, entretanto, que as expectativas eram de um crescimento da ordem de 4%.

No que concerne ao segmento industrial da economia brasileira, o crescimento deste no ano de 2001 foi de 1,5%, taxa também muito abaixo dos 6,6% observados em 2000.

Já o segmento comercial brasileiro, de acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio do IBGE, teve um desempenho pouco auspicioso em 2001, com queda de 1,29%, relativamente a 2000. No acumulado do ano, dezessete dos 27 Estados apresentaram resultados negativos no volume de vendas do comércio varejista.

4. A Demanda por Investimentos em 2001

Conquanto o país, na média, tenha apresentado os resultados anteriormente referidos, há que se ressaltar que o crescimento alcançado não se distribuiu uniformemente sobre todo o território nacional, podendo a demanda regional por recursos de longo prazo ter um comportamento distinto daquele esperado no âmbito nacional. É também necessário ter em mente que pequenas variações no produto – como as que vêm sendo obtidas pelo país e pelo Nordeste ultimamente – podem resultar de redução da capacidade ociosa e não da ampliação da capacidade produtiva. Sendo esse o caso, um pequeno crescimento do PIB não implica necessariamente aumento da demanda por financiamento.

Enquanto o PIB da indústria brasileira atingiu crescimento de 1,5% no ano de 2001, a produção industrial da região Nordeste decresceu 2,5%.

O Estado do Ceará apresentou a redução mais aguda (-7,3%), motivada, consoante informação do IBGE, pela *performance* negativa da indústria têxtil, especialmente na área de beneficiamento de algodão. Bahia e

Pernambuco, que conjuntamente com o Ceará constituem o centro industrial da região, revelaram resultados modestos com crescimentos de 0,4 e 0,9% respectivamente. Minas Gerais e Espírito Santo, que têm parte de suas áreas atendidas pelo Banco do Nordeste, também apresentaram desempenho negativo na indústria de -0,3% (a indústria dos demais estados não é pesquisada). Dos quinze ramos industriais investigados pelo IBGE, onze apresentaram queda em 2001 em relação a 2000.

Outra informação relevante é o impacto da crise argentina sobre o comércio externo do Nordeste. As exportações regionais para a Argentina passaram de US\$ 69,8 milhões para US\$ 437,9 milhões de 1990 para 2000 – ou seja, cresceram 527%. Entretanto, caíram 21,1% de 2000 para 2001 (dados até novembro/2001), impactando negativamente a economia baiana, em especial, cujo valor exportado caiu de US\$ 276,9 milhões para US\$ 205,9 milhões.

É oportuno lembrar, ainda, que a crise energética abateu-se mais gravemente sobre a região Nordeste, cujos reservatórios se encontravam na situação mais crítica, o que se constituiu num forte limitador não só do desempenho das atividades industriais mas também do comércio e dos serviços.

No primeiro semestre de 2001 configurou-se um quadro de estiagem na região Nordeste, o que seguramente contribuiu para que as aplicações rurais de 2001 – segmento historicamente predominante no FNE, especialmente pela forte demanda dos agricultores familiares - fossem sensivelmente menores que em 2000. Para dar uma idéia da dimensão dos efeitos da estiagem sobre a economia regional, apresenta-se, no quadro abaixo, a variação percentual da produção de algumas culturas da Região, comparada ao ano 2000:

Cultura	Variação 2001/2000
Algodão herbáceo	-12,91%
Arroz	-23,83%
Cacau	-3,70%
Cebola	+0,22%
Feijão	-45,59%
Milho	-35,99%

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – 2001- IBGE

Percebe-se que quase todas as culturas tiveram desempenho muito inferior ao do ano 2000, exceção feita à cebola. Cumpre ressaltar, ainda, que a pecuária bovina – responsável por 59,1%, em média, das aplicações rurais do FNE, e para a qual o Fundo prioriza o uso dos recursos para a estruturação das propriedades, fica sensivelmente tolhida no que respeita a novos investimentos na ocorrência de secas. Além disso, o quadro de estiagem impede o financiamento de custeio de sequeiro e de investimentos, notadamente para a formação de pastagens e implantação de culturas, haja vista o déficit hídrico.

No que respeita às atividades de comércio e serviços, as quais representam mais de 55% do PIB nordestino, o desempenho de quase todos os estados da área de atuação do Banco foi negativo, conforme se vê no quadro abaixo, motivo por que explica-se uma menor demanda por investimento:

**Nordeste - Variação Acumulada em 2001 do
Índice de Volume de Vendas, por Estado**

ESTADO	VARIAÇÃO NO ANO
MA	-4,25
PI	3,00
CE	-1,13
RN	0,04
PB	0,12
PE	-2,69
AL	-4,68
SE	-4,29
BA	-0,30
MG	-2,67
ES	-0,08

Fonte: IBGE

Todos esses fatos contribuíram para uma conjuntura de maior incerteza, reduzindo a demanda por financiamento de médio e longo prazo.

5. Natureza do FNE e os Instrumentos de Suporte Disponibilizados pelo Banco do Nordeste

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE atingiu, em 2001, o valor acumulado de R\$ 7,8 bilhões em contratações.

Desse total, cerca de 59% beneficiaram mini e pequenos empreendedores, participação que era de 37,4% no início da década de 90, o que evidencia o esforço do Banco para conferir àquele público a prioridade recomendada em Lei.

Consciente da necessidade outras ações para potencializar os resultados dos financiamentos contratados, não só com os recursos do Fundo, mas também dos outros recursos à sua guarda, o Banco do Nordeste atua com instrumentos diferenciados, dentre os quais destaca-se o trabalho do Farol do Desenvolvimento nos municípios, favorecendo a discussão de temas estratégicos para o desenvolvimento sustentável, em especial nas ações de fortalecimento da economia local.

Buscando elevar o desempenho dos pequenos negócios e assegurar a manutenção dos empregos criados e o retorno dos investimentos efetuados, tem-se as ações de capacitação, com foco na gestão empresarial e na promoção de convênios com agências especializadas em capacitação gerencial.

Há, ainda, todo um conjunto de instrumentos complementares de apoio ao FNE criados pelo Banco, o Serviço Cliente-Consulta, os Fóruns de Clientes, Agentes de Desenvolvimento, Fundos de Aval, o Perfil Econômico e um contínuo trabalho de articulação interinstitucional (programa Parcerias Empreendedoras), que dão suporte ao crédito e atendimento integrado ao agente produtivo beneficiado com recursos do Fundo.

6. Desempenho Operacional e Resultados

6.1. Contratações Globais e Aspectos Financeiros

Vários fatos importantes, do ponto de vista econômico, marcaram o ano de 2001, que havia começado com expectativas de bom desempenho econômico. No Nordeste, configurou-se ainda um quadro de estiagem, ao qual se associou a crise energética do País. A Região, por ter quase que exclusivamente o Rio São Francisco como fonte de energia, foi das mais afetadas, com repercussões sobre as suas principais áreas irrigadas.

A promulgação da Lei nº 10.177, de 12/01/01, no âmbito operacional, modificando os encargos financeiros das operações ao abrigo do FNE e concedendo aos mutuários a faculdade de renegociar suas operações, inclusive na forma da Resolução nº 2471-Bacen, obrigou o Banco e os agentes produtivos a consumir boa parte dos seus esforços, durante o ano de 2001, nessa renegociação.

Esses fatos explicam as aplicações em 2001 de R\$ 302,5 milhões (Tabela 1). Do total das contratações do FNE, no período, 47,6%, ou seja, R\$ 144,1 milhões foram alocados no setor industrial da economia nordestina, 48,6% (R\$ 147,0 milhões) destinaram-se ao setor rural, com as atividades agroindustriais recebendo R\$ 6,2 milhões (2,1% das aplicações), conforme a Tabela 1.

Coube ao setor de comércio e serviços, que teve sua inserção aprovada por ocasião da promulgação da Lei nr. 10.177, de 12/01/2001, e início de operacionalização a partir de março/2001, o montante de R\$ 5,2 milhões (1,7% dos recursos).

Mais de 62 mil produtores e empresas, dentre os quais 98,7% são de mini/pequeno porte, foram beneficiados com os créditos concedidos em 2001, absorvendo 43,6% dos empréstimos (131,8 milhões) Em termos setoriais, 99,2% dos beneficiários atuam no setor rural da economia.

No encerramento do período, havia em carteira (ou seja, em fase de contratação) um estoque de propostas no valor de R\$ 53,0 milhões (17,5% do total contratado). Desse total, 81% eram compostos por propostas do setor rural, perfazendo uma demanda de R\$ 42,8 milhões. As propostas dos segmentos agroindustrial, industrial e de comércio e serviços totalizavam R\$ 10,2 milhões (19% do estoque).

TABELA 1

FNE –2001				
DESEMPENHO OPERACIONAL E PROPOSTAS EM CARTEIRA				
Valores em R\$ mil correntes				
Setores e Programas	Contratações (1)			Valor das Propostas em Carteira (2)
	Quant. Benef.	Valor	%	
RURAL	61.586	147.045,3	48,6	42.810,6
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste (RURAL)	24.706	77.168,4	25,5	11.511,6
Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF – Grupo A)	20.460	44.848,0	14,9	30.884,3
Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF – Grupo C)	8.316	7.932,0	2,6	78,5
Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF – Grupo D)	7.797	16.320,0	5,4	50,0
Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER)	294	697,7	0,2	286,2
Programa de Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente (FNE – VERDE)	13	79,3	0,0	0,0
AGROINDUSTRIAL	115	6.214,0	2,1	200,0
Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria Alimentar-(AGRIN)	115	6.214,0	2,1	200,0
INDUSTRIAL	294	144.089,4	47,6	9.138,9
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico-(PRODETEC)	12	643,2	0,2	0,0
Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste-(INDUSTRIAL)	179	140.768,1	46,5	6.891,3
Programa de Apoio ao Turismo Regional (PROATUR)	11	2.102,4	0,7	28,1
Programa de Fomento à Geração de Emprego e Renda-(PROGER)	90	71,4	0,0	0,0
Programa de Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente (FNE-VERDE)	2	503,9	0,2	2.219,5
COMERCIO E SERVIÇOS	61	5.197,2	1,7	875,9
TOTAL	62.056	302.545,9	100,0	53.025,4

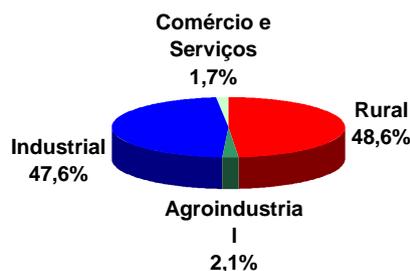
FONTE: Banco do Nordeste – Ambiente de Monitoração e Controle

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período ano de 2001.

Incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

(2) Valor do estoque das propostas em carteira em 31.12.2001.

FNE – Contratações por Setor - 2001



O patrimônio líquido do FNE evoluiu de R\$ 8,01 bilhões em 31.12.2000, para R\$ 9,84 bilhões em 31.12.2001, representando crescimento de 22,8% (Tabela 3). Os ingressos de recursos totalizaram R\$ 1,408 bilhão (Tabela 2).

TABELA 2
FNE – 2001
INGRESSOS MENSAIS DE RECURSOS (1)
Valores em R\$ mil correntes

Meses	Ingressos	Ingressos Acumulados
Janeiro	138.539	138.539
Fevereiro	96.958	235.497
Março	96.781	332.278
Abril	111.256	443.534
Maiο	138.210	581.744
Junho	99.514	681.258
Julho	111.686	792.944
Agosto	130.447	923.391
Setembro	93.690	1.017.081
Outubro	121.011	1.138.092
Novembro	81.509	1.219.601
Dezembro	188.836	1.408.437
TOTAL	1.408.437	1.408.437

Fonte: Banco do Nordeste - Ambiente de Negócios Financeiros

Nota: (1) Liberações da Secretaria do Tesouro Nacional no ano de 2001.

FNE 2001– INGRESSOS MENSAIS DE RECURSOS

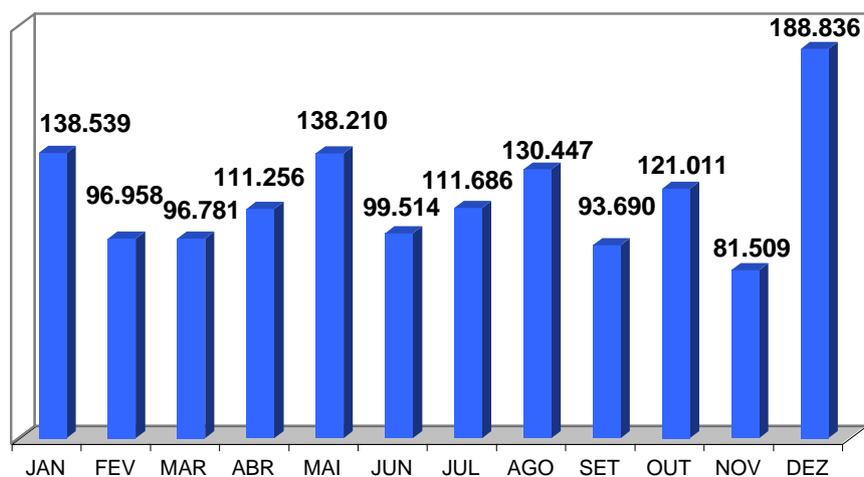


TABELA 3
FNE – 2001
DEMONSTRATIVO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Valores em R\$ mil correntes

(1) ATÉ 31.12.2000	8.018.871
. Recebido da STN	5.653.461
. Resultados /outros valores	2.365.410
(2) DO ANO DE 2001	1.825.670
. Recebido da STN	1.408.437
. Resultados / outros valores	417.233
PATRIMÔNIO TOTAL EM 31.12.2001 (1) + (2)	9.844.541

FONTE: Banco do Nordeste – Ambiente de Suporte Financeiro

6.2. Repercussões Macroeconômicas das Aplicações do FNE

Apresentam-se na Tabela 4 os principais impactos sócio-econômicos decorrentes da aplicação dos recursos do FNE na Região Nordeste, cabendo destacar que neste cômputo não estão incluídos os efeitos de outros recursos alavancados pelo Fundo (FINAME, FAT, BNDES-Automático, recursos próprios, poupança rural, etc.).

Estimadas mediante a utilização da Matriz de Insumo-Produto do Nordeste¹ (MIP-NE), essas repercussões macroeconômicas referem-se aos aumentos esperados na produção global, na renda, no emprego e nas importações da economia regional, que deverão ocorrer durante a implantação dos empreendimentos. Por essa metodologia, são captados os impactos em todo o sistema produtivo da Região, bem assim das outras regiões que com ela interagem.

¹ O uso das matrizes insumo-produto para avaliação dos impactos de programas de desenvolvimento repousa na idéia do multiplicador keynesiano dos investimentos. As matrizes insumo-produto são universalmente aceitas nas avaliações de efetividade e são utilizadas por vários países, como Austrália, China e Estados Unidos, para citar alguns. Uma vez que as matrizes insumo-produto baseiam-se nos censos, no período intra-censitário ela é usada considerando que o nível de interligação entre os setores econômicos permanece o mesmo. O Banco do Nordeste desenvolveu, com a colaboração da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE/USP e da Universidade de Illinois-USA, um modelo econométrico, que “ajusta” as relações intersetoriais nos períodos intra-censitários, o que permite obter uma matriz insumo-produto “corrigida” ou atualizada para cada ano. Cabe ressaltar que esse é um dos modelos mais avançados do país, utilizado, até o momento, apenas pelos estados de São Paulo, Minas Gerais e Ceará no seu planejamento.

TABELA 4
FNE – 2001
REPERCUSSÕES ECONÔMICAS NA REGIÃO NORDESTE
DAS CONTRATAÇÕES (1)

R\$ Milhões					
Variáveis	Resultados por Setor (2)				
	Rural	Agroin- dustrial	Industrial	Comercial	Total
1. Valor Contratado	147,0	6,2	144,1	5,2	302,5
2. Valor Bruto da Produção (VBP)	266,5	11,3	262,6	9,6	550,0
3. Valor Agregado (produto)	171,3	7,0	163,1	5,5	346,9
4. Salários Pagos	21,9	0,9	24,5	1,6	48,9
5. Oportunidades de Trabalho Geradas (Diretos e indiretos)	64.505	971	22.523	481	88.480
6. Produtividade média da mão-de-obra (=3/5)	2.655,61	7.209,06	7.241,49	11.434,51	3.920,66
6. Efeitos para Trás (Compra de Insumo)	66,7	2,5	115,5	-	184,7
7. Efeitos para Frente (Vendas de Insumo)	116,6	4,2	124,0	-	244,8
8. Importações	26,3	0,9	74,2	0,7	102,1
8.1 Do Resto do País	17,8	0,6	61,7	0,7	80,8
8.2 Do Resto do Mundo	8,5	0,3	12,5	-	21,3

FONTE: Banco do Nordeste - ETENE e Matriz de Insumo-Produto para o Nordeste.

Notas: (1) Cálculo realizado com a Matriz de Insumo-Produto da Economia do Nordeste.

(2) Resultados a serem alcançados durante o ciclo de maturação dos investimentos e de seus respectivos impactos ao longo de toda a cadeia produtiva da Região.

O valor incremental da produção bruta regional proporcionado pelos investimentos realizados pelos beneficiários dos créditos do FNE, para a implantação dos empreendimentos financiados, deverá atingir o montante R\$ 550,0 milhões. Na contribuição setorial para esse acréscimo na produção bruta do Nordeste, destacaram-se igualmente os segmentos rural (48,5%) e industrial (47,7%). O setor comercial, que pela primeira vez está sendo diretamente apoiado pelo Fundo, proporcionou um acréscimo na produção regional no valor de R\$ 9,6 milhões.

No tocante ao produto líquido gerado pelos financiamentos, ou seja, o valor adicionado na economia, estima-se que a contribuição total das aplicações do FNE deva se situar em torno de R\$ 346,9 milhões. A exemplo do ocorrido com a produção, os setores rural e industrial concorreram com igual peso para a geração dessa riqueza.

A elevação na massa salarial da Região, estimada em R\$ 48,9 milhões, corresponderá a 14,1% da renda gerada. Em termos setoriais, o setor rural deve ter sua massa salarial incrementada em R\$ 21,9 milhões, o industrial em R\$ 24,5 milhões, o agroindustrial em R\$ 0,9 milhões e o comercial em 1,6 milhões.

O mercado de trabalho da Região Nordeste e das outras que estão economicamente a ela interligada será positivamente impactado pela criação de mais de 88 mil oportunidades de empregos, considerados os diretos e indiretos. Desse total, 73% (64,5 mil) dos empregos serão gerados por conta dos investimentos rurais, ao passo que as aplicações na indústria proporcionarão a criação de 22,5 mil empregos na economia. Os investimentos agroindustriais e comerciais os acréscimos no mercado trabalhista, com 971 e 481 novas oportunidades, respectivamente.

O setor industrial deverá importar insumos e produtos, de outras regiões brasileiras e do exterior, no montante de R\$ 74,2 milhões, ou seja, o equivalente a 28% do valor bruto da produção gerada a partir dos investimentos industriais. As importações do setor rural atingirão 26,3 milhões, ou seja, 10% do respectivo VBP. De uma maneira geral, as importações de insumos e produtos decorrentes dos investimentos realizados corresponderão a 18,5% da produção incremental.

Finalmente, ao serem consideradas as magnitudes dos efeitos “para trás” (compra de insumos), R\$ 184,7 milhões, e “para frente” (venda de insumos), R\$ 244,8 milhões, que deverão ser desencadeados em todo o sistema econômico, em decorrência dos investimentos realizados, têm-se uma clara visão da ação multiplicadora dos financiamentos do FNE.

6.3. Contratações Setoriais

6.3.1. Setor Rural

No exercício de 2001, o setor rural da região Nordeste foi apoiado com recursos do FNE no importe de R\$ 147, 0 milhões. Em relação às aplicações totais do Fundo, a participação relativa alcançada pelo setor rural nesse período situou-se em 48,6%. O volume de recursos aplicados proporcionou o atendimento de 61.586 beneficiários.

Desse total, 47% (R\$ 69,1 milhões) foram destinados ao apoio da agricultura familiar, nos seus diversos segmentos, a saber: PRONAF-Grupo A – R\$ 44,8 milhões; PRONAF-Grupo C – R\$ 7,9 milhões; PRONAF-Grupo D – R\$ 16,3 milhões. Adicionalmente, R\$ 0,7 milhões foram canalizados para o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER). O FNE-VERDE abrigou contratações no valor de R\$ 79 mil (Tabela 1).

Com relação ao PRONAF-Grupo A, programa diretamente vinculado à política de reforma agrária do Governo Federal, sua participação relativa de 14,9% no total das aplicações superou, mais uma vez, o limite legal mínimo de 10%, que constitui um dos vários contingenciamentos impostos à operacionalização do Fundo. Ademais, a demanda não depende tão somente de indução por parte do Banco e sim da conjugação de esforços de todos os parceiros que trabalham a política agrária do país. Os R\$ 44,8 milhões aplicados sob o amparo do PRONAF-Grupo A beneficiaram 20.460 produtores rurais.

Desta forma, o conjunto desses programas, que integram o bloco dos chamados “Programas Especiais²”, continuou apresentando uma performance destacada na absorção dos recursos do Fundo Constitucional, a exemplo do ocorrido nos exercícios anteriores. Ao todo, esses programas atenderam 36.880 agentes produtivos detentores de um perfil sócio-econômico que, na grande maioria dos casos, dificulta ou impede seu acesso às linhas de crédito tradicionais.

Por outro lado, o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste voltou a se consolidar como o maior receptor dos recursos aplicados no segmento rural, revertendo uma tendência que vinha se desenhando ao longo dos últimos períodos, quando os Programas Especiais ganhavam espaço sistematicamente. As operações contratadas com base nesse programa somaram R\$ 77,2 milhões, distribuídos entre quase 25 mil beneficiários.

O desempenho do FNE quanto à distribuição dos recursos pelas diversas atividades agropecuárias está demonstrado na Tabela 5, a seguir:

TABELA 5
FNE – 2001
CONTRATAÇÕES POR ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS
Valores em R\$ mil correntes

Atividades	Valor	% Rural	% FNE
PECUÁRIA	84.584,7	57,5	28,0
• Bovinocultura	55.877,4	38,0	18,5
• Ovinocaprinocultura	23.830,7	16,2	7,9
• Carcinicultura	1.348,9	0,9	0,4
• Avicultura	1.290,9	0,9	0,4
• Piscicultura	984,2	0,7	0,3
• Apicultura	746,3	0,5	0,2
• Suinocultura	501,4	0,3	0,2
• Outras Atividades	4,8	0,0	0,0
AGRICULTURA DE SEQUEIRO	33.735,2	22,9	11,2
• Grãos	15.515,3	10,6	5,1
• Industriais	7.354,3	5,0	2,4
• Amiláceas	4.679,5	3,2	1,5
• Fruticultura	4.358,5	3,0	1,4
• Olericultura	167,2	0,1	0,1
• Outras Atividades	1.660,4	1,1	0,5
AGRICULTURA IRRIGADA	28.725,4	19,5	9,5
• Industriais	10.525,3	7,2	3,5
• Fruticultura	10.049,7	6,8	3,3
• Grãos	4.744,0	3,2	1,6
• Amiláceas	526,4	0,4	0,2
• Olericultura	417,6	0,3	0,1
• Outras Atividades	2.462,4	1,7	0,8
Total das Aplicações Rurais	147.045,3	100,0	48,5

FONTE: Banco do Nordeste – Ambiente de Monitoração e Controle,

² Programas Especiais: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF; Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER; Programa de Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente - FNE VERDE; Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico – PRODETEC; Programa de Apoio à Reorientação da Pequena e Média Unidade Produtiva Rural do Semi-árido Nordeste - PRODESA

A participação relativa das atividades pecuárias permaneceu praticamente inalterada, quando comparada com a situação dos dois períodos anteriores (1999 e 2000), situando-se em 57,5%.

Período	Participação da PECUÁRIA nas aplicações rurais
1998	64,5%
1999	56,7%
2000	57,7%
2001	57,5%

Com respeito a esse assunto, convém lembrar, uma vez mais, que o comportamento do segmento pecuário vai ao encontro de recomendações feitas pela Secretaria Executiva da SUDENE, referindo-se a relatórios pertinentes a períodos anteriores, no sentido de se perseguir uma maior diversificação das aplicações, não obstante a importância de que se reveste a pecuária bovina para a região Nordeste.

Num esforço integrado, objetivando promover a diversificação nas explorações pecuárias na Região, principalmente visando ao aproveitamento de suas potencialidades, o Banco, em parceria com a EMBRAPA e outras instituições integrantes da cadeia produtiva da ovinocaprinocultura, realizou vários estudos acerca da viabilidade e alternativas para aquele agronegócio. Essa iniciativa resultou no lançamento do “Programa para o Desenvolvimento Sustentável da Ovinocaprinocultura na Região Nordeste” e do Programa Nordeste Mel, com a efetivação de parcerias com todos os Estados da Região. Dentre os diferenciais do Programa, destacam-se: a capacitação técnica e empresarial dos postulantes, o enfoque de cadeia produtiva e a ampla e efetiva participação dos pequenos produtores.

Como um dos resultantes dessas iniciativas, a ovinocaprinocultura vem ocupando lugar de destaque como beneficiária dos financiamentos do FNE, tendo recebido R\$ 23,8 milhões no ano de 2001, correspondendo a 28% do montante de recursos carreado para a pecuária regional. Deve-se ressaltar, ainda, que as outras atividades pecuárias, como a piscicultura, a avicultura, apicultura e a carcinicultura, vêm se consolidando como beneficiárias do Fundo Constitucional.

Ainda relacionado à diversificação de atividades, o Banco do Nordeste, com a utilização dos Agentes de Desenvolvimento e do Farol do Desenvolvimento, tem desenvolvido forte e contínuo trabalho de organização/estruturação de cadeias produtivas, baseado, principalmente, no estabelecimento e fortalecimento de parcerias entre os atores desses negócios. Essas parcerias objetivam, preponderantemente, a busca conjunta de soluções para os principais problemas que comprometem o desenvolvimento sustentável dessas atividades na Região, abrangendo tanto os aspectos técnico-produtivos e mercadológicos, quanto questões ligadas ao relacionamento entre os elos das cadeias.

As atividades agrícolas mantiveram a mesma participação relativa alcançada no ano de 2000. No entanto, com relação à grande sub-divisão dessas atividades, ou seja, *agricultura de sequeiro* e *agricultura irrigada*, verifica-se que esta última continuou sua trajetória ascendente, conforme

demonstrado no quadro abaixo. Observa-se que nos últimos quatro exercícios a agricultura irrigada avançou 6,6 pontos percentuais,

Período	Participação da AGRICULTURA IRRIGADA nas aplicações rurais
1998	12,95%
1999	13,69%
2000	15,32%
2001	19,54%

Especificamente com respeito ao exercício de 2001, o crescimento da participação desse tipo de exploração agrícola merece ainda maior destaque, haja vista a predominância de uma ambiência *a priori* desfavorável à irrigação, durante grande parte do ano, mercê da forte escassez dos principais insumos dessa atividade - água e energia – verificada na região Nordeste. No caso, o Banco priorizou o atendimento aos perímetros irrigados e às áreas melhor servidas de recursos hídricos.

De outra parte, a expansão contínua das áreas cultivadas nos cerrados nordestinos, estimulada no Banco pela existência de três Pólos de Desenvolvimento Integrado (Balsas, Barreiras e Uruçuí-Gurguéia), favorece a manutenção de uma significativa participação das atividades de sequeiro nas aplicações rurais (22,9%).

Afunilando-se a análise para as atividades agrícolas, propriamente ditas, o destaque do exercício ficou por conta dos *grãos*, cujos financiamentos atingiram o valor de R\$ 20,2 milhões (R\$ 15,5 de sequeiro e R\$ 4,7 irrigados), isto é, 13,8% das aplicações rurais. Logo a seguir, surgem as chamadas *culturas industriais* (bebidas, fibras e têxteis, oleaginosas etc.), com uma participação de 12,2%.

A fruticultura (uma das principais vocações agrícolas do Nordeste) – seja ela irrigada ou de sequeiro – absorveu 9,8% das aplicações rurais do ano 2001, registrando-se recuo em relação ao exercício anterior de 11,2%, o qual se mostra plenamente justificável, face à grande dependência dessa atividade da disponibilidade de água e energia. Com efeito, diante de restrições dessa natureza, seria até de se esperar que houvesse um maior arrefecimento na demanda por financiamentos para esse tipo de exploração.

6.3.1.1. Contratações Rurais no Semi-árido

O semi-árido, por ser a sub-região menos desenvolvida do Nordeste concentra muito mais atividades agropecuárias que aquelas integrantes dos demais setores econômicos. Não é pois sem razão que 86,1% das contratações feitas no semi-árido com recursos do FNE (R\$ 84,6 milhões) tenham sido relativas às atividades agropecuárias (Tabela 5A), muito embora o esforço realizado pelo Banco seja no sentido de promover a diversificação.

TABELA 5A
FNE – 2001
CONTRATAÇÕES POR ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS
Região Semi-árida
Valores em R\$ mil correntes

Atividades	Valor	% Rural no Semi-árido	% FNE no Semi-árido
PECUÁRIA	57.741	68,3	58,8
• Ovinocaprinocaprinocultura	27.997	33,1	28,5
• Bovinocultura	27.971	33,1	28,5
• Apicultura	667	0,8	0,7
• Avicultura	520	0,6	0,5
• Piscicultura	289	0,3	0,3
• Suinocultura	238	0,3	0,2
• Carcinicultura	46	0,1	0,0
• Outras Atividades	13	0,0	0,0
AGRICULTURA DE SEQUEIRO	19.060	22,5	19,4
• Grãos	11.921	14,1	12,1
• Industriais	2.935	3,5	3,0
• Amiláceas	2.085	2,5	2,1
• Fruticultura	1.819	2,2	1,9
• Olericultura	76	0,1	0,1
• Outras Atividades	224	0,3	0,2
AGRICULTURA IRRIGADA	7.778	9,2	7,9
• Fruticultura	3.504	4,1	3,6
• Grãos	2.306	2,7	2,3
• Industriais	551	0,7	0,6
• Olericultura	575	0,7	0,6
• Amiláceas	0	0,0	0,0
• Outras Atividades	842	1,0	0,9
Total das Aplicações Rurais no Semi-árido	84.579	100,0	86,1

FONTE: Banco do Nordeste – Ambiente de Monitoração e Controle.

A distribuição dos recursos entre a pecuária (68,3%), a agricultura de sequeiro (22,5%) e a agricultura irrigada (9,2%) também apresentou um ordenamento óbvio, dada a importância delas, nessa ordem, dentro da economia do semi-árido. Cabe, entretanto, destacar que:

- Houve uma elevação percentual na participação conjunta da pecuária e da agricultura irrigada, em detrimento da agricultura de sequeiro (compara com o primeiro semestre de 2001 – oportunidade em que a Tabela 5A foi apresentada pela primeira vez), o que traduz uma maior sintonia com as vocações econômicas da sub-região;
- Dentro da pecuária, desponta a participação da ovinocaprinocultura, com 33,1% dos recursos, em resposta aos esforços do Banco de estruturação do seu sistema agroindustrial.

6.3.1.2. Contratações nas Zonas Monocultoras

O FNE tem como uma das suas estratégias a diversificação das zonas monocultoras do Nordeste (canaveira, cacaueteira e sisaleira). Os financiamentos concedidos buscam induzir a introdução de novas atividades e

modernizar aquelas culturas predominantes e tradicionais. O quadro abaixo dá uma idéia do comportamento das contratações do FNE naquelas zonas, vis-à-vis a participação do valor bruto das culturas comparado com o valor bruto da produção total dos municípios integrantes de cada uma delas. Os percentuais de participação das chamadas culturas tradicionais é sempre muito menor. Os financiamentos ao cacau, na zona cacauzeira, têm uma participação um pouco maior haja vista a participação do Banco do Nordeste no esforço de recuperação da lavoura cacauzeira, por intermédio do programa específico do Governo Federal.

Zonas Monocultoras	Participação do Valor Bruto da Produção do Produto X no VBP Total da Zona Monocultora	Participação das Aplicações do FNE no Produto X no Total Aplicado na Zona Monocultora
Canaveira	54,9%	0,29%
Sisaleira	35,8%	0,07%
Cacauzeira	32,3%	1,15%

6.3.2. Setor Industrial, Agroindustrial, Comercial e Serviços

Um montante de R\$ 150,3 milhões, equivalentes a 49,7% das aplicações totais do FNE, foi contratado no âmbito dos setores industrial e agroindustrial, durante o ano 2001, beneficiando 409 empresas (Tabela 1).

O “Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste (INDUSTRIAL)” teve a performance mais destacada dentre os programas industriais, durante o ano de 2001. O objetivo do mesmo é apoiar as atividades produtivas de bens de consumo não duráveis, bens intermediários, bens de capital e de consumo duráveis, extrativa mineral etc., com contratações (R\$ 140,7 milhões) que corresponderam a 93,6% do valor aplicado nos segmentos industrial e agroindustrial (incremento de 9% em relação ao ano 2000) e a 46,5% das contratações globais do Fundo (incremento de 20,7% no mesmo período). Os recursos aplicados por meio deste programa atenderam a 179 empresas.

O “Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria Alimentar” teve contratações no valor de R\$ 6,2 milhões no ano, representando 4,1% do valor aplicado nos setores industrial e agroindustrial, também registrando um incremento de 1% em relação ao ano 2000. Já o “Programa de Apoio ao Turismo Regional” aplicou R\$ 2,1 milhões no ano, o que implicou numa participação de 1,4% sobre as contratações dos setores industrial e agroindustrial.

Quanto à distribuição dos recursos por atividades, observou-se um significativo aumento da participação dos *bens de capital e de consumo duráveis*, que absorveu cerca de 67% das contratações do setor. Vale destacar o massivo investimento nas atividades relativas à produção de veículos e materiais de transporte, com aplicação de R\$ 100,7 milhões, mercê do apoio à consolidação do pólo automotivo baiano. Os investimentos na atividade de transporte são importantíssimos haja vista os encadeamentos que, sem dúvida, se estabelecerão na estrutura produtiva da Região (Tabela 6).

O “Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico Industrial (PRODETEC)”, destinado à expansão de segmentos que utilizam tecnologia avançada e a adoção de novas técnicas de gestão e organização do processo produtivo, beneficiou 12 projetos no ano 2001, absorvendo um montante de R\$ 643,2 mil, apresentando um incremento de 6,2% em relação ao ano anterior. (Tabela 1).

TABELA 6
FNE – 2001
SETOR INDUSTRIAL E AGROINDUSTRIAL
DESEMPENHO OPERACIONAL

Atividades	Valores em R\$ mil correntes		
	Contratações (1)		
	Valor	% SETOR	% FNE
A. BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS	32.916,44	21,9	10,9
• Têxtil	11.423,06	7,6	3,9
• Produtos alimentares	10.972,15	7,3	3,6
• Produtos farmacêuticos e defensivos agrícolas	601,21	0,4	0,2
• Editorial e Gráfica	751,52	0,5	0,2
• Vestuários e calçados	1.503,03	1,0	0,5
• Eletro-eletrônica	6.763,65	4,5	2,2
• Bebidas	901,82	0,6	0,3
B. BENS INTERMEDIÁRIOS	8.867,90	5,9	2,9
• Minerais metálicos	300,61	0,2	0,1
• Minerais não metálicos	1.503,03	1,0	0,5
• Materiais plásticos	450,91	0,3	0,1
• Madeira	150,30	0,1	0,0
• Metalurgia	2.404,85	1,6	0,8
• Peças e acessórios (transporte)	3.757,59	2,5	1,3
• Tintas, vernizes e esmaltes	300,61	0,2	0,1
C. BENS DE CAPITAL E DE CONSUMO DURÁVEIS	100.853,58	67,1	33,4
• Transporte	100.703,28	67,0	33,4
• Mobiliário	150,30	0,1	0,0
D. TURISMO	3.456,98	2,3	1,1
E. DIVERSAS	4.208,50	2,8	1,4
TOTAL	150.303,40	100,0	49,7

FONTE: Banco do Nordeste - Ambiente de Monitoração e Controle

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período JAN/DEZ – 01, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

O apoio às atividades comerciais e de serviços passou a ser objeto do FNE no ano de 2001. A Tabela 7 a seguir demonstra o desempenho operacional do FNE dessas atividades, que polarizaram 1,7% dos recursos do FNE (R\$ 5,2 milhões). O comércio atacadista absorveu, isoladamente, a maior fatia, sendo seguido pelo comércio a varejo. Os serviços relacionados a transporte também absorveram uma fatia significativa dos investimentos, com 22,4%, o que pode ser um indicativo do potencial de interligação com as atividades industriais de transporte mostrada comentadas anteriormente.

TABELA 7

FNE – 2001			
SETOR COMERCIAL E DE SERVIÇOS			
DESEMPENHO OPERACIONAL			
Valores em R\$ mil correntes			
Atividades	Contratações (1)		
	Valor	% SETOR	% FNE
A. COMÉRCIO	2.250,39	43,3	0,7
• Atacadista	1.268,11	24,4	0,4
• Varejista	971,88	18,7	0,3
• Intermediários	10,40	0,2	0,0
B. SERVIÇOS	2.946,81	56,7	1,0
• Energético	190,12	3,7	0,1
• Auxiliares à Indústria, agropecuária e construção civil	181,47	3,5	0,0
• Reparação e Conservação	43,22	0,8	0,0
• Auxiliares a Empresas	311,10	6,0	0,1
• Básicos	501,22	9,6	0,2
• Coletivos e sociais	544,42	10,5	0,2
• Transportes	1.166,62	22,4	0,4
• Não especificado	8,65	0,2	0,0
TOTAL	5.197,20	100,0	4,0

FONTE: Banco do Nordeste - Ambiente de Monitoração e Controle

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período JAN/DEZ - 01, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

6.3.3. Valores Programados x Valores Realizados

A distribuição dos recursos prevista na programação anual do FNE, em termos de setores e programas, foi fortemente influenciada pelo apoio dado ao Projeto Amazon, conforme esclarecimentos prestados na seção 5.4 – Impactos Redistributivos das Aplicações do FNE, do Relatório de Atividades e Resultados do 1º semestre/2001.

Os setores Industrial e de Turismo predominaram no período, capturando 47,2% dos recursos (R\$ 142.870 mil). Esse percentual supera os 20% programados para o ano de 2001, e atende as constantes orientações do Conselho Deliberativo sobre a conveniência de o FNE aumentar suas aplicações nas atividades secundárias (Tabela 8). Tal constatação mantém-se mesmo quando se desconsidera o referido Projeto Amazon (Tabela 8A).

O Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar – PRONAF – Grupo A (destinado aos assentamentos da reforma agrária) e ao qual devem ser destinados pelo menos 10% dos recursos do Fundo, recebeu 14,8% das aplicações. Isso revela a continuidade do apoio do Banco às prioridades políticas do governo, que tem na agricultura familiar um dos seus focos. Essa priorização destaca-se muito mais quando se analisam os números ajustados da Tabela 8A.

Mesmo tendo tido a definição da sua operacionalização apenas no meio do primeiro semestre, o setor de comércio e serviços já começa a dar uma idéia da sua capacidade de absorção financeira, visto que capturou 1,7% dos recursos (R\$ 5.197 mil – 2,3% do total, na Tabela 8A ajustada).

Os setores rural/agroindustrial, aos quais foram destinados R\$ 83.383 mil mantiveram-se abaixo do percentual programado (27,6% x 35% - Tabela 8). Entretanto, na Tabela 8A ajustada, constata-se que aqueles setores ultrapassaram um pouco (37,5%) o percentual programado de 35,0%, o que não surpreende, dada a maior adequação do FNE para as atividades rurais.

TABELA 8

FNE – 2001			
DISTRIBUIÇÃO PROGRAMADA E OBSERVADA, POR SETOR E PROGRAMA			
SETOR/ PROGRAMA	Programado 2001 (%)	Realizado	
		Valor (R\$ mil)	%
Rural e Agroindustrial	35	83.382,7	27,6
Industrial e Turismo	20	142.870,5	47,2
Comercio e Serviços	10	5.197,2	1,7
Programas Especiais	35	71.095,5	23,5
. PRONAF – Grupo A	10	44.848,0	14,8
. PROGER/ Outros	25	26.247,5	8,7
TOTAL	100	302.545,9	100,0

FONTE: Banco do Nordeste - Ambiente de Suporte Financeiro

TABELA 8A

FNE – 2001			
DISTRIBUIÇÃO PROGRAMADA E OBSERVADA, POR SETOR E PROGRAMA (*)			
SETOR/ PROGRAMA	Programado 2001 (%)	Realizado	
		Valor (R\$ mil)	%
Rural e Agroindustrial	35	83.382,7	37,5
Industrial e Turismo	20	62.870,5	28,3
Comercio e Serviços	10	5.197,2	2,3
Programas Especiais	35	71.095,5	31,9
. PRONAF – Grupo A	10	44.848,0	20,1
. PROGER/ Outros	25	26.247,5	11,8
TOTAL	100	222.545,9	100,00

FONTE: Banco do Nordeste - Ambiente de Suporte Financeiro

(*) Excluídas as operações de apoio ao Projeto Amazon.

6.3.4. Pólos de Desenvolvimento Integrado³

Os Pólos de Desenvolvimento Integrado foram criados com fundamentação nas estratégias estabelecidas para a operacionalização do FNE, com o objetivo primordial de se promover e potencializar o desenvolvimento de áreas possuidoras de potencial sócio-econômico para a expansão do agronegócio.

³ Pólo Sul do Maranhão (MA), Pólo Uruçuí/Gurgéia (PI), Pólo Baixo Jaguaribe (CE), Pólo Assu/Mossoró (RN), Pólo Alto Piranhas (PB), Pólo Petrolina (PE), Pólo Juazeiro (BA), Pólo Sul de Sergipe, Pólo Bacia Leiteira de Alagoas (AL), Pólo Oeste Baiano (BA), Pólo Norte de Minas Gerais, Pólo Cariri Cearense (CE), Pólo Noroeste do Espírito Santo (ES). Tais pólos correspondem a um total de 253 mil Km² e população de 3,2 milhões de habitantes.

As ações aí desenvolvidas têm por base as duas principais características dos pólos, que são a *delimitação territorial* e a existência de até dois *eixos econômicos principais*, ou seja, de atividades econômicas preponderantes e competitivas⁴. A partir da visão de futuro definida conjuntamente com representantes da comunidade, essas ações geram múltiplos efeitos diretos e indiretos para trás e para frente, criando um ambiente favorável à competitividade dos empreendimentos financiados associado a menor risco de inadimplência. Ademais, o projeto induz outras atividades e ramos de negócios (efeitos de arrasto), aumentando a repercussão dos investimentos sobre a renda, o emprego, a arrecadação tributária e a distribuição do produto social, além de minimizar as pressões das populações rurais sobre os recursos naturais.

A ação do Banco do Nordeste, especialmente nessas áreas, transcende o papel de fornecedor de crédito, assumindo a função de instituição propulsora do desenvolvimento, induzindo a mobilização dos diversos agentes econômicos, institucionais e sociais em um espaço regional definido.

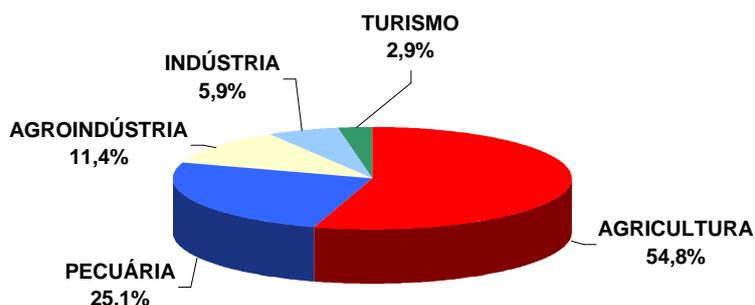
Em 2001, do total dos recursos aplicados nos pólos, 54,8% foram para a agricultura e 25,1% para a pecuária (quadro abaixo). Essa distribuição é extremamente distinta do que se observa para o FNE como um todo, onde houve uma preponderância da pecuária, mas revela a focalização dos pólos. Nos pólos ocorreu ainda a aplicação da maior parte dos recursos destinados pelo FNE à agroindústria alimentar (R\$ 3,6 milhões de um total de R\$ 4,3 milhões).

Comparando-se a destinação dos recursos para as atividades dentro dos pólos com o verificado na região, ou seja, no FNE-Total, percebe-se que as atividades-eixo absorveram relativamente muito mais recursos naquelas áreas, a saber: grãos – 15,7% x 13,8%; fruticultura – 13,8% x 9,8%; culturas industriais – 21,1% x 12,2% e olericultura – 1,0% x 0,4% (no caso da região, estão somados os percentuais de agricultura de sequeiro e irrigada, da Tabela 5).

⁴ Em termos de atividades principais, os pólos distribuem-se da seguinte maneira: sete pólos centrados na fruticultura/olericultura irrigadas, quatro em grãos, um em citricultura não irrigada e um outro em pecuária leiteira.

FNE - 2001 APLICAÇÕES NOS PÓLOS DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO		
SETOR/SUBSETOR	VALOR (R\$ mil)	%
AGROPECUÁRIA	25.513,96	79,9
• Agricultura	17.502,25	54,8
- grãos	5.007,57	15,7
- fruticultura	4.421,94	13,8
- culturas industriais	6.731,09	21,1
- olericultura	310,51	1,0
- amiláceas	628,17	2,0
- outros	402,97	1,3
• Pecuária	8.011,71	25,1
AGROINDÚSTRIA	3.647,94	11,4
INDÚSTRIA	1.873,34	5,8
TURISMO	911,79	2,9
TOTAL DAS APLICAÇÕES	31.947,03	100,00

FNE – Contratações nos Pólos, por setor - 2001



6.4. Impactos Redistributivos das Aplicações do FNE

Em 2001, o Fundo Constitucional continuou prestando apoio à consolidação do pólo automotivo regional – Projeto Amazon, no estado da Bahia. Trata-se de um projeto estratégico e singular, de fundamental importância para o desenvolvimento da Região, pelos efeitos que terá sobre as economias dos demais estados, motivo por que a alocação setorial e geográfica dos recursos, no ano, apresentou-se distinta dos padrões observados nos anos anteriores.

Nas subseções abaixo, sempre que o atendimento a essa demanda tenha viesado demasiadamente os resultados, serão apresentadas também as tabelas ajustadas, com os dados referenciados a aplicações totais de R\$ 222,5 milhões, ou seja, desconsiderando aquele projeto.

6.4.1. Contratações por Estado

Em termos acumulados, todos os estados aos quais se destina o FNE, alcançaram, ao longo da sua história, o percentual mínimo de 4,5% de aplicação dos recursos, como recomenda a Resolução nº 11.225, de 06.12.99, do Ministério da Integração Nacional, conforme se verifica na Tabela 9 (o Estado do Espírito Santo, por ter ingressado no FNE somente a partir de 2001, ainda não atingiu aquele percentual).

TABELA 9

FNE CONTRATAÇÕES ACUMULADAS POR ESTADO		
Valores em R\$ mil		
ESTADOS	CONTRATAÇÕES	%
Alagoas	447.924,9	5,7
Bahia	1.974.836,1	25,2
Ceará	1.271.251,9	16,2
Maranhão	532.689,8	6,8
Minas Gerais	523.745,0	6,7
Paraíba	495.676,8	6,3
Pernambuco	1.018.817,0	13,0
Piauí	586.396,5	7,5
R.G. do Norte	538.545,2	6,9
Sergipe	402.723,5	5,1
Espírito Santo	44.936,9	0,6
TOTAL	7.837.543,5	100,0

FONTE: Banco do Nordeste - Ambiente de Monitoração e Controle
Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período 1989-2001, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Em 2001, o percentual mínimo de aplicação dos recursos foi atingido em quase todos os estados, com exceção do Maranhão e do Piauí (Tabela 9A), levando-se em conta não só os valores contratados mas também as propostas em carteira.

TABELA 9A

FNE – 2001 DEMANDA DE RECURSOS POR ESTADO				
Valores em R\$ mil				
ESTADOS	CONTRATAÇÕES	PROPOSTAS EM CARTEIRA	DEMANDA TOTAL	%
Alagoas	13.527,5	1.959,0	15.486,5	4,4
Bahia	129.028,2	7.726,1	136.754,3	38,5
Ceará	20.386,4	5.348,5	25.734,9	7,2
Maranhão	6.835,3	2.472,3	9.307,6	2,6
Minas Gerais	16.015,3	5.563,9	21.579,2	6,1
Paraíba	19.135,3	9.552,9	28.688,2	8,1
Pernambuco	23.564,9	3.511,8	27.076,7	7,6
Piauí	7.593,9	2.462,6	10.056,5	2,8
R.G. do Norte	26.924,6	5.545,2	32.469,8	9,1
Sergipe	20.558,2	4.819,7	25.377,9	7,1
Espírito Santo	18.976,3	4.063,6	23.039,9	6,5
TOTAL	302.545,9	53.025,4	355.571,3	100,0

FONTE: Banco do Nordeste - Ambiente de Monitoração e Controle

Em termos setoriais, as contratações distribuíram-se nos estados conforme apresentado na Tabela 10.

TABELA 10
FNE – 2001
CONTRATAÇÕES POR ESTADO E POR SETORES (1)

Estados	Setor Rural	Setor Agroindust.	Setor Industrial	Setor Comercial	Total Estado	% Estado/Total
Alagoas	9.073,9	474,5	3.960,1	19,0	13.527,5	4,5
Bahia	20.115,1	787,2	108.125,9	0,0	129.028,2	42,6
Ceará	12.552,0	0,0	7.503,4	331,0	20.386,4	6,7
Maranhão	5.945,8	24,1	720,1	145,3	6.835,3	2,3
Norte Minas	15.657,3	0,0	151,5	206,5	16.015,3	5,3
Paraíba	14.541,1	247,5	4.170,5	176,2	19.135,3	6,3
Pernambuco	15.757,1	3.574,3	309,9	3.923,6	23.564,9	7,8
Piauí	7.181,9	0,0	331,9	80,1	7.593,9	2,5
R. G. Norte	17.880,7	110,5	8.747,3	186,1	26.924,6	8,9
Sergipe	10.323,9	995,9	9.109,0	129,4	20.558,2	6,8
Espírito Santo	18.016,5	0,0	959,8	0,0	18.976,3	6,3
Total	147.045,3	6.214,0	144.089,4	5.197,2	302.545,9	100,0

FONTE: Banco do Nordeste - Ambiente de Monitoração e Controle

Nota: (1) Por "contratação" entende-se a realização de operações em 2001, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Essa demanda é, naturalmente, influenciada pelo porte da sua economia e pelo tamanho geográfico do estado, dentre outras variáveis. Reflete, também, o trabalho do Banco no sentido de induzi-la, articulando-se permanentemente com os governos estaduais, organismos de desenvolvimento e associações de produtores.

Nesse sentido, algumas ações do Banco - como a estruturação das cadeias produtivas do mel e da ovinocaprinocultura – feito junto às Secretarias de Planejamento, Indústria e Agricultura dos estados da Região e entidades empresariais de classe, bem como a parceria com os Estados na organização de produtores e no esforço de conjugação do crédito com assistência técnica – contribuem para diluir as aplicações entre os estados, evitando que aqueles de economia de maior porte sejam os mais aquinhoados com o crédito, não só de forma absoluta mas também relativa.

Assim é que, comparando os valores das contratações com a população e a renda de cada estado, o perfil da distribuição espacial dos recursos altera-se significativamente. Conforme se constata na Tabela 11, as posições dos diversos estados nordestinos como beneficiários dos recursos do FNE apresentam mudanças profundas em relação àquela relativa aos valores monetários absolutos (Tabela 11).

TABELA 11

FNE – 2001 FNE – CONTRATAÇÕES EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO E AO PIB DOS ESTADOS (1)						
Estados	FNE/População		FNE RUR/PIB Prim.		FNE IND/PIB Secund.	
	R\$/Hab.(2)	Ordem	%	Ordem	%	Ordem
Alagoas	4,80	7	0,57	7	0,13	4
Bahia	9,87	3	0,32	8	0,72	1
Ceará	2,75	9	0,89	4	0,09	6
Maranhão	1,21	11	0,32	9	0,02	7
N. Minas Gerais	7,27	5				
Paraíba	5,57	6	1,91	3	0,12	5
Pernambuco	2,98	8	0,76	6	0,00	9
Piauí	2,67	10	0,78	5	0,02	8
Rio G. do Norte	9,72	4	7,33	1	0,17	3
Sergipe	11,56	2	2,29	2	0,29	2
Espírito Santo	25,57	1				

FONTE: Banco do Nordeste – ETENE. Para o PIB primário e secundário, CONTAGEM, SUDENE/CPE/INE/Contas Regionais. Dados Preliminares para o ano de 1999. Para população, IBGE-2000.

Nota: (1) Não há informações disponíveis acerca do PIB do Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha e dos municípios do Espírito Santo contemplados com recursos do FNE.

(2) Valor das "Contratações" realizadas em 2001, dividido pela população dos estados para 2000.

6.4.2. Contratações no Semi-Árido e Fora do Semi-Árido

A alocação dos recursos entre o semi-árido e fora do semi-árido, no ano de 2001, permaneceu dentro do recomendado pela Lei 7.827, visto que 51% dos recursos, desde a criação do Fundo até o exercício de 2001 foram direcionados para o semi-árido (Tabela 12).

TABELA 12

FNE – CONTRATAÇÕES ACUMULADAS NO SEMI-ÁRIDO E OUTRAS ÁREAS (1) Valores em R\$ mil correntes		
Áreas	Valor (1)	%
Semi-árido	3.972.631,3	50,7
Outras Áreas	3.864.912,2	49,3
Total	7.837.543,5	100,0

FONTE: Banco do Nordeste - Ambiente de Monitoração e Controle
Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período 1989-2001, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

No ano de 2001, as aplicações no semi-árido alcançaram o montante de R\$ 98,2 milhões, correspondendo a 32,5% do total contratado. Nas demais áreas, foram financiados empreendimentos que absorveram cerca de R\$ 204,4 milhões, equivalentes a 67,5% do total das contratações do ano (Tabela 13).

TABELA 13

FNE – 2001				
FNE - CONTRATAÇÕES NO SEMI-ÁRIDO E OUTRAS ÁREAS (1)				
Valores em R\$ mil correntes				
Áreas	Nº Beneficiários	%	Valor (1)	%
Semi-árido	41.345	66,6	98.182,7	32,5
Outras Áreas	20.711	33,4	204.363,2	67,5
Total	62.056	100,0	302.545,9	100,0

FONTE: Banco do Nordeste - Ambiente de Monitoração e Controle

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período JAN/DEZ-2001, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

6.4.3. Contratações por Porte de Beneficiário

Os pequenos e médios produtores, com as aplicações de 2001, permaneceram absorvendo a maior fração dos créditos concedidos, conforme a Tabela 14. Conjuntamente, receberam 68,2% do valor contratado, materializando a prioridade recomendada em Lei.

TABELA 14

FNE – CONTRATAÇÕES ACUMULADAS POR CATEGORIAS DE BENEFICIÁRIOS (1)		
Valores em R\$ mil correntes		
Áreas	Valor (1)	%
Mini/Pequeno	4.625.598,7	59,0
Médio	722.847,0	9,2
Grande	2.489.097,8	31,8
Total	7.837.543,5	100,0

FONTE: Banco do Nordeste - Ambiente de Monitoração e Controle

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período 1989 a 2001, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Em 2001, por razões já explicadas, a tendência de desconcentração - resultado dos esforços desenvolvidos pelo Banco do Nordeste no sentido de apoiar os mini e pequenos produtores e empresas, principalmente aqueles localizados na região semi-árida, e ajudá-los a superar o restrito acesso aos recursos creditícios que historicamente os tem caracterizado - foi temporariamente interrompida (Tabela 14A). Ainda assim, a participação dos mini e pequenos produtores continua expressiva alcançando 43,6% dos recursos (Tabela 14A).

TABELA 14A

FNE 2001 - CONTRATAÇÕES POR CATEGORIAS DE BENEFICIARIOS/SETORES (1)										
Valores em R\$ mil correntes										
Categoria	Rural		Agroindustrial		Industrial		Comercial		Total	
	Valor	Nº Benef.	Valor	Nº Benef.	Valor	Nº Benef.	Valor	Nº Benef.	Valor	Nº Benef.
Mini/Pequeno	125.638,7	60.930	319,8	35	4.804,0	231	1.029,5	56	131.792,0	61.252
(%)	85,4	98,9	5,1	30,4	3,3	78,6	19,8	91,8	43,6	98,7
Médio	10.562,0	514	513,3	12	6.860,2	27	2.529,0	3	20.464,5	556
(%)	7,2	0,8	8,3	10,4	4,8	9,2	48,7	4,9	6,8	0,9
Grande	10.844,8	142	5.380,9	68	132.425,1	36	1.638,6	2	150.289,4	248
(%)	7,4	0,2	86,6	59,1	91,9	12,2	31,5	3,3	49,7	0,4
Total	147.045,5	61.586	6.214,0	115	144.089,3	294	5.197,1	61	302.545,9	62.056
(%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Banco do Nordeste - Ambiente de Monitoração e Controle

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período JAN-DEZ/2001, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Excluído o Projeto Amazon, constata-se que mais da metade dos recursos do FNE (59,2%) em 2001, foram contratados com 61,3 mil mini e pequenos produtores e empresas. No setor rural, a predominância desse público é ainda mais expressiva, visto que para ele foram alocados 87,9% dos recursos, beneficiando 60,9 mil mini e pequenos produtores (Tabela 14B).

TABELA 14B

FNE 2001- CONTRATAÇÕES POR CATEGORIAS DE BENEFICIARIOS/SETORES (1) (2)										
Valores em R\$ mil correntes										
Categoria	Rural		Agroindustrial		Industrial		Comercial		Total	
	Valor	Nº Benef.	Valor	Nº Benef.	Valor	Nº Benef.	Valor	Nº Benef.	Valor	Nº Benef.
Mini/Pequeno	125.638,7	60.930	319,8	35	4.804,0	231	1.029,5	56	131.792,0	61.252
(%)	85,4	98,9	5,1	30,4	7,5	78,9	19,8	91,8	59,2	98,7
Médio	10.562,0	514	513,3	12	6.860,2	27	2.529,0	3	20.464,5	556
(%)	7,2	0,8	8,3	10,4	10,7	9,2	48,7	4,9	9,2	0,9
Grande	10.844,8	142	5.380,9	68	52.425,1	35	1.638,6	2	70.289,4	247
(%)	7,4	0,2	86,6	59,1	81,8	11,9	31,5	3,3	31,6	0,4
Total	147.045,5	61.586	6.214,0	115	64.089,3	293	5.197,1	61	222.545,9	62.055
(%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Banco do Nordeste - Ambiente de Monitoração e Controle

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período JAN-DEZ/2001, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

(2) Excluídas as operações de apoio ao Projeto Amazon.

6.4.4. Contratações por Prioridade Econômica

O Banco aplicou 83,1% dos recursos contratados nas atividades enquadradas como prioridade 1 (P1), 14,0% em atividades P2 e apenas 2,8%

em P3. durante o ano de 2001 (Tabela 15). Essa distribuição de recursos representa um avanço no grau de focalização alcançado em 2000, posto que se constata uma maior aplicação nas atividades de prioridade 1 (83,1% x 81,6%), em conformidade com a política delineada na programação do FNE, que busca enfatizar as atividades econômicas enquadradas em P1, as quais são aquelas que agregam mais valor à economia, sem perder de vista a competitividade dos projetos.

A definição dessas prioridades, feita em 1998, resultou de um amplo trabalho do Banco do Nordeste para definição do seu mercado-alvo de atuação, classificado em três grupos: as atividades econômicas que “devem” ser induzidas constituem a prioridade 1 (P1), as que “podem” ser induzidas referem-se à prioridade 2 (P2) e as atividades tradicionais, a serem atendidas durante um período de transição de uma estrutura produtiva pouco agregadora de valor para uma que resulte em maior desenvolvimento, incluem-se na prioridade 3 (P3)⁵. Valendo-se do Farol do Desenvolvimento, essas prioridades são discutidas e reavaliadas pela comunidade, o que confere atualidade à priorização, sem prejuízo dos aspectos técnicos.

TABELA 15

FNE – 2001		
FNE – PRIORIDADES ECONÔMICAS		
Valores em R\$ mil correntes		
Nível de Prioridade	Contratações (1)	
	Valor	%
• Um	251.446,7	83,1
• Dois	42.484,5	14,0
• Três	8.614,7	2,8
TOTAL	302.545,9	100,0

FONTE: Banco do Nordeste - Ambiente de Monitoração e Controle

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período JAN/DEZ - 2001, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

6.5. Inadimplemento das Operações

Considerados os efeitos dos constrangimentos específicos a que os empreendimentos estão sujeitos, a legislação tem provido, em seqüência, condições particulares para a reestruturação das dívidas, particularmente dos empreendimentos rurais. A seqüência de medidas que ampliam prazos, reduzem encargos e flexibilizam exigências comuns ao padrão da atividade bancária, terminam por alimentar as expectativas dos mutuários por sempre novas e mais flexíveis condições que poderão ser baixadas.

⁵ Para compor cada um desses grupos, levou-se em consideração o fator locacional, o nível de estruturação das atividades em cada município, a importância “a priori” de cada uma delas, do ponto de vista regional e estadual, compondo uma prioridade composta que consultasse os interesses regionais e locais. Nesse mister, o Banco do Nordeste contou com o apoio das Secretarias de Estado ligadas às várias atividades. Para cada município do Nordeste, estão definidas as atividades enquadradas em cada um dos níveis de prioridade, os quais servem para direcionar o planejamento negocial das agências.

No caso do FNE, as medidas com impacto mais recente foram autorizadas pela Lei 10.177, de 12/01/2001, que concedeu originalmente prazo até 28/12/2001 para renegociação das dívidas contratadas até 31/12/1998. Ainda que expirado o prazo para que os devedores firmassem suas renegociações, permanece o ânimo de adiamento deste prazo, em face de projeto de conversão da Medida Provisória número 9 que já tramitou na Câmara de Deputados, e deve prolongar o prazo para adesão às condições de renegociação ainda até 29/06/2002.

Sob estas condições, é tecnicamente impróprio pretender apurar a inadimplência destas operações, sujeitas a novos prazos para rolagem, uma vez que a disposição de pagar dos devedores, que, por imposição legal não podem ser constrangidos por ações mais severas de cobrança, sujeita-se às sucessivas edições de novos benefícios outorgados aos devedores, o que deve novamente acontecer.

Já as operações do Fundo Constitucional, contratadas a partir de 01/12/1998, sujeitas que estão a um outro padrão de encargos financeiros, apresentam inadimplência total de 4,55% (Tabela 16), mesmo se considerarmos outros reveses a que estas operações também se sujeitaram, como estiagem e crise energética, especialmente no ano de 2001.

Cumpra neste ponto recuperar a essência dos objetivos esperados com a operação do FNE, destinado que foi, desde sua criação, a constituir fonte estável de recursos para o financiamento do desenvolvimento regional. A inadimplência, neste caso, mercê das especificidades e o mérito particular que caracteriza as aplicações do Fundo, exigíveis e cobradas com rigor, mas, por superveniência que transcende o padrão da atividade bancária, sujeitas a outras condições melhor julgadas pelos autores da legislação que rege o Fundo Constitucional.

TABELA 16

FNE - INADIMPLÊNCIA POR PORTE DE BENEFICIÁRIO Operações contratadas a partir de 01/12/1998		
PORTE	APLICAÇÕES (%) (1)	INADIMPLÊNCIA (%) (2)
MINI / PEQUENO	66,13	5,71
MÉDIO	6,49	6,26
GRANDE	27,38	1,35
TOTAL	100,0	4,55

FONTE: Banco do Nordeste - Ambiente de Monitoração e Controle

Notas: (1) Dados com base nos saldos de aplicações de 31.12..2001

(2) Percentuais em relação ao saldo global das aplicações.

6.6. Ações de Capacitação

Consolidando suas ações, o Banco elevou o Projeto Estruturante de Capacitação – que funcionava com base em uma força-tarefa dedicada ao assunto mas também com outras atribuições operacionais, como é característica desse tipo de projeto – à categoria de área de trabalho. Isso

significa inserir a variável capacitação na própria estrutura operacional da Empresa, dando a esse tipo de ação antecedente ao crédito (que apóia não só ao FNE, todos os empréstimos concedidos pelo Banco) um caráter de permanência.

Os eixos metodológicos continuam os mesmos, a saber: estruturação das demandas; capacitação específica; capacitação de lideranças municipais, técnicos e outros atores econômicos e programas de capacitação à distância.

Com relação a esse último eixo, os Programas Rádio Nordeste, lançado no primeiro semestre de 2001, e Qualificar Nordeste foram os destaques do ano, pela rápida expansão alcançada e pela resposta obtida.

O Programa Rádio Nordeste utiliza como mídia o rádio, com o apoio de cartilhas, ilustradas com desenhos, em forma de revista em quadrinhos. As aulas, semanais, já está sendo transmitido por 185 emissoras, em toda área de atuação do Banco.

Os programas radiofônicos apresentam linguagem simples e de fácil compreensão, com “jingles”, em ritmos regionais, abordando os temas das aulas, para ajudar a fixar as informações. De junho a dezembro, foram veiculadas 20 aulas tratando da temática meio-ambiente, nos Módulos “O Produtor Rural e o Meio Ambiente” e “O Desenvolvimento Sustentável e o Produtor Rural” e 10 aulas sobre Turismo, no Módulo “Turismo e Desenvolvimento Sustentável”. A proposta pedagógica do Rádio Nordeste inclui ainda os encontros presenciais, realizados nas comunidades, em cada município, com os participantes do Programa a fim de esclarecer dúvidas com técnicos locais sobre os temas tratados nas aulas.

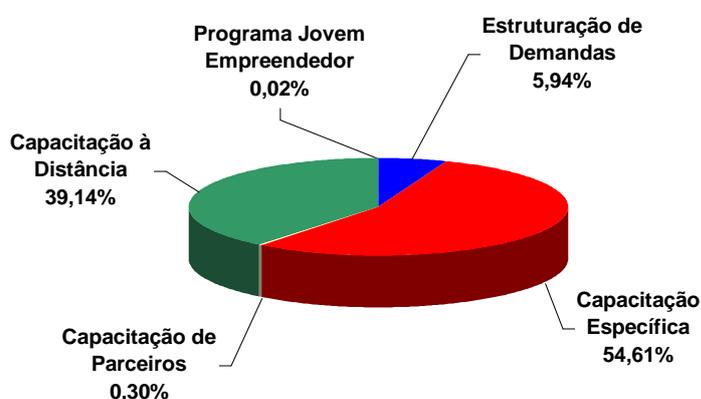
O Programa Qualificar Nordeste foi criado com o objetivo de atender a demanda de capacitação de jovens profissionais em gestão empresarial, especificamente para as áreas urbanas (lançado em 08 de outubro). Utiliza como mídia a televisão e o jornal. A proposta pedagógica do Programa se compõe, também, de exercício das ferramentas em laboratórios de informática e em laboratórios vivenciais, estes últimos objetivando desenvolver aspectos comportamentais, como visão processual, trabalho em equipe e liderança. O Programa é composto de 12 cursos quinzenais, dentre eles Auxiliar Administrativo, Auxiliar Financeiro, Caixa, Gerente, Recepção e Secretariado. O Programa Qualificar Nordeste, de outubro a dezembro de 2001, gerou 5.321 oportunidades de capacitação em 06 municípios do estado do Ceará, onde foi iniciada a implementação do projeto.

Assim, o Banco viabilizou, no ano de 2001, a capacitação de 1.212.021 agentes produtivos mediante a realização de 25.820 eventos, distribuídas conforme o quadro abaixo:

EVENTOS E OPORTUNIDADES DE CAPACITAÇÃO

Ações de Capacitação	Até 30.12.2000		Em 2001		Acumulado	
	Eventos	Oport.	Eventos	Oport.	Eventos	Oport.
Estruturação de Demandas	10.826	333.750	2.520	71.971	13.346	405.721
Capacitação Específica	12.632	505.757	19.650	661.852	32.282	1.167.609
Capacitação de Parceiros	2.210	45.567	140	3.588	2.350	49.155
Capacitação a Distância	-	-	3.502	474.380	3.502	474.380
Programa Jovem Empreendedor	-	-	8	230	8	230
Total	25.668	885.074	25.820	1.212.021	51.488	2.097.095

OPORTUNIDADES DE CAPACITAÇÃO



TOTAL DE OPORTUNIDADES: 1.212.021

6.7. Farol do Desenvolvimento

O Farol do Desenvolvimento é um espaço empresarial instituído pelo Banco do Nordeste em todos os municípios de sua área de atuação, que auxilia a implementação das ações antecedentes à concessão de crédito⁶. O Farol estrutura soluções para os problemas de capacitação, de infra-estrutura, de inserção de novas tecnologias, de organização da produção e da comercialização da Região; e fomenta atividades voltadas para a inserção competitiva e sistêmica dos micro e pequenos empreendedores nos sistemas de produção, qualificando a aplicação dos recursos em atividades vocacionadas e que oferecem sustentabilidade ao crédito conferido.

⁶ Sua dinâmica de funcionamento tem como ponto de partida a realização de reuniões estruturadas em torno de temas relevantes para o desenvolvimento da Região, propiciando o aporte de conteúdos e organização das ações conseqüentes. O Farol conta com a participação do governo nos três níveis - federal, estadual e municipal -, instituições públicas, empresários, organizações sociais, lideranças comunitárias e representantes de todos os segmentos da sociedade.

Um dos seus traços diferenciadores é a busca da efetividade – estimulada pela produção de uma agenda de compromissos, permanentemente acompanhada propiciando um índice de, aproximadamente, 95% de cumprimento das ações agendadas (71.901 compromissos gerados, dos quais 68.279 foram concluídos). Isso reforça o seu papel na estruturação do processo de desenvolvimento sustentável dos municípios atendidos pelo Banco, estabelecendo-o como um fórum participativo de discussão e encaminhamento das principais questões da comunidade.

No decorrer de 2001, foram trabalhados temas que colocaram em destaque a questão da pobreza e o planejamento do processo, com a realização das seguintes oficinas:

- “Mobilização para Inserção Social”, que direciona o esforço para o resgate dos menos favorecidos por meio da inclusão destes segmentos em atividades econômicas prioritárias para o município e pela criação de mecanismo de gestão local dos programas sociais governamentais;
- “Estratégias de Convivência com o Semi-Árido”, na qual foi feito um mapeamento da infra-estrutura existente e necessária para a convivência produtiva com a escassez de água e a disseminação de tecnologias simples para gestão dos recursos hídricos, proteção do solo, reserva alimentar animal, ao alcance das populações rurais da área atingida pelo fenômeno da seca. Nas áreas fora do semi-árido, o trabalho foi dirigido para a análise dos impactos da seca e definidas ações para amenizar os efeitos do êxodo para as cidades;
- “Agenda 21 Local”, que organiza o processo de construção da Agenda 21 de cada município, atuando na mobilização de toda a comunidade a partir das lideranças reunidas no Farol do Desenvolvimento. O material desenvolvido para a oficina também propicia o suporte técnico e os instrumentos necessários à consecução deste objetivo; E
- “Desenvolvimento Sustentável”, um resgate do processo realizado no curso dos dois anos de existência do Farol do Desenvolvimento visando reforçar a apropriação pela comunidade dos resultados e ações realizados, mobilizando para o bom aproveitamento dos recursos financeiros disponibilizados pelo Banco para a comunidade.

Em torno da temática acima, foram realizadas em 2001, 10.136 reuniões de trabalho, envolvendo 229.792 lideranças locais, dentre as quais 2.325 prefeitos.

6.8 Projeto Moxotó-Pajeú

O Banco do Nordeste, em conjunto com o Governo Federal, os governos estaduais de Pernambuco e Bahia, prefeituras municipais e instituições públicas e privadas, definiu um plano estratégico para alavancar o desenvolvimento no Sertão do Moxotó-Pajeú, visando empreender ações integradas de desenvolvimento nos segmentos Fomento, Tecnologia, Capacitação e Infra-estrutura, com o objetivo de solucionar os principais entraves existentes para o crescimento econômico.



Localizado na divisa dos Estados de Pernambuco e Bahia e compreendendo 20 municípios situados no semi-árido, a região do Sertão do Moxotó-Pajeú envolve uma população de 450 mil habitantes, numa área de 40 mil km².

Com foco inicial no desenvolvimento das cadeias produtivas de piscicultura, fruticultura irrigada e ovinocaprinocultura, o Projeto passou a apoiar também outras atividades, a exemplo da rizicultura, cotonicultura, vitivinicultura e atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços.

No ano 2001, podemos destacar, além de investimentos na infraestrutura em estradas, as seguintes ações:

- Implementação do Fórum Empresarial da Ovinocaprinocultura em Curaçá (BA);
- Inclusão dos municípios de Belém do São Francisco, Cabrobó, Carnaubeira da Penha e Mirandiba no Programa Comunidade Ativa;
- Realização do Seminário de Prevenção e Combate ao Uso de Drogas, com a conseqüente instalação do Fórum Comunitário de Prevenção e Tratamento ao Consumo de Drogas;
- Realização de palestras sobre ovinocaprinocultura e fruticultura por técnicos da EBAPE;
- Realização da Semana Tecnológica do Projeto Moxotó-Pajeú;
- Assentamento de 1.890 famílias, beneficiando 9.450 pessoas;
- Construção do centro de comercialização e abastecimento – Mirandiba e Petrolândia;
- Conclusão do processo de titulação da terra dos reassentados de Itaparica (CHESF);
- Relocalização e padronização da Feira Livre de Serra Talhada; e
- Instalação de uma escola técnica federal em Serra Talhada.

Os financiamentos contratados **em 2001 na área do Projeto somam R\$ 15,3 milhões em 9,1 mil operações**, dos quais 533 delas, totalizando R\$ 4,5 milhões, foram realizadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, além de proporcionar 31 mil oportunidades de capacitação aos agentes produtivos.

7. Anexos

TABELA 1A

FNE - CONTRATAÇÕES POR ESTADOS E SETORES NA REGIÃO SEMI-ÁRIDA (1)								
Valores em R\$ mil correntes								
Estados	Setor Rural	Setor Agroindust.	Setor Industrial	Setor Comercial	Total Estado	Estado/ Total (%)	Número de Benef.	Nº Benef./ Total (%)
Alagoas	6.637,1	474,5	255,4	0,0	7.367,0	7,5	2.272	5,5
Bahia	13.513,7	787,2	129,4	0,0	14.430,3	14,7	7.033	17,0
Ceará	10.584,1	0,0	6.151,4	117,6	16.853,1	17,2	4.226	10,2
Maranhão	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0	0,0
Norte Minas	4.942,2	0,0	69,3	206,4	5.217,9	5,3	1.796	4,3
Paraíba	9.124,9	0,0	276,9	80,5	9.482,3	9,7	4.701	11,4
Pernambuco	14.970,9	3.574,3	271,2	0,0	18.816,4	19,2	7.585	18,3
Piauí	3.996,2	0,0	80,5	0,0	4.076,7	4,2	2.150	5,2
R.G.Norte	16.697,9	110,6	709,2	5,5	17.523,2	17,7	9.291	22,5
Sergipe	4.325,3	0,0	90,5	0,0	4.413,8	4,5	2.291	5,5
Total	84.792,3	4.946,6	8.033,8	410,0	98.180,7	100,0	41.345	100,0

FONTE: Banco do Nordeste - Ambiente de Monitoração e Controle/ETENE

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período JAN-JUN/2001 incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

GRÁFICO 1A

FNE - CONTRATAÇÕES NA REGIÃO SEMI-ÁRIDA

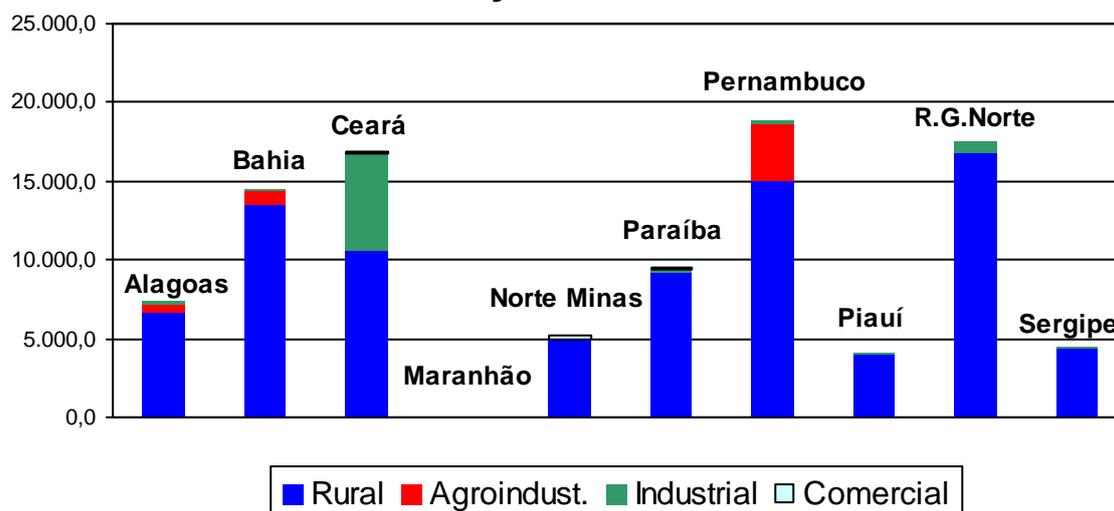


TABELA 2A

FNE - CONTRATAÇÕES POR POPULAÇÃO E ÁREA NA REGIÃO SEMI-ÁRIDA				
Estados	FNE/População		FNE/Área	
	R\$/Hab.(1)	Ordem	R\$/Km ² (1)	Ordem
Alagoas	17,68	1	1,14	2
Bahia	0,06	9	0,34	6
Ceará	0,64	8	0,18	8
Maranhão				
Norte de Minas Gerais	1,36	3	0,54	4
Paraíba	1,01	4	0,40	5
Pernambuco	0,77	6	0,28	7
Piauí	0,82	5	0,08	9
Rio Grande do Norte	0,67	7	0,56	3
Sergipe	1,72	2	2,18	1

FONTE: Banco do Nordeste - ETENE

Nota: (1) Valor das "Contratações" realizadas em 2001 na região semi-árida do Nordeste, dividido pela população e área dos estados localizados no semi-árido.

TABELA 3A

FNE - SALDO DE APLICAÇÕES POR ESTADOS E ZONAS CLIMÁTICAS (1)				
Estados	Semi-Árido	Fora do Semi-Árido	Total	
			Valor	%
Alagoas	260.612	340.719	601.331	6,8
Bahia	1.197.128	932.169	2.129.297	24,2
Ceará	862.239	411.348	1.273.587	14,5
Maranhão	0	633.877	633.877	7,2
Norte Minas	367.126	307.810	674.936	7,7
Paraíba	308.525	199.708	508.233	5,8
Pernambuco	999.434	381.675	1.381.109	15,7
Piauí	285.743	400.004	685.747	7,8
R.G.Norte	363.974	65.353	429.327	4,9
Sergipe	230.215	246.145	476.360	5,4
Espírito Santo	0	15.207	15.207	0,2
Total	4.874.995	3.934.016	8.809.011	100,0

FONTE: Banco do Nordeste - Ambiente de Suporte Financeiro

Nota: (1) Saldo das aplicações em 31.DEZ.2001

TABELA 4A

FNE – 2001 NORDESTE E REGIÃO SEMI-ÁRIDA: ÁREA E POPULAÇÃO								
Estados	Nordeste				Semi-Árido (1)			
	Área (Km ²)		População (2)		Área (Km ²)		População (2)	
	Nº Absolutos	%	Mil Habit.	%	Nº Absolutos	%	Mil Habit.	%
Maranhão	333.366	19,9	5.638	11,2	0	0,0	0	0,0
Piauí	252.379	15,0	2.841	5,6	98.300	12,0	589	3,3
Ceará	146.348	8,7	7.417	14,6	113.199	13,8	3.581	19,9
Rio Grande do Norte	53.307	3,2	2.771	5,5	48.070	5,9	1.419	7,9
Paraíba	56.585	3,4	3.437	6,8	48.212	5,9	1.649	9,2
Pernambuco	98.938	5,9	7.911	15,6	84.130	10,3	3.035	16,9
Alagoas	27.933	1,7	2.818	5,6	11.896	1,5	765	4,3
Sergipe	22.050	1,3	1.779	3,5	9.426	1,2	391	2,2
Bahia	567.295	33,8	13.067	25,8	376.295	45,9	6.240	34,8
Norte de Minas	120.701	7,2	2.202	4,3	29.864	3,6	266	1,5
Espírito Santo			742	1,5	0	0,0	0	0,0
Total	1.678.901	100,0	50.623	100,0	819.392	100,0	17.935	100,0

Fontes: Banco do Nordeste – ETENE e IBGE

Notas: (1) Semi-Árido constituído dos municípios nordestinos enquadrados pela SUDENE, para efeito de aplicação dos recursos do FNE, de acordo com a lei nº 7.827, de 27.09.89.

(2) População do Censo 2000.

TABELA 5A

FNE – 2001				
DEMANDA DE RECURSOS POR ESTADO(*)				
Valores em R\$ mil				
ESTADOS	CONTRATAÇÕES	PROPOSTAS EM CARTEIRA	DEMANDA TOTAL	%
Alagoas	13.527,5	1.959,0	15.486,5	5,6
Bahia	49.028,2	11.789,7	60.817,9	22,1
Ceará	20.386,4	5.348,5	25.734,9	9,3
Maranhão	6.835,3	2.472,3	9.307,6	3,4
Minas Gerais	16.015,3	5.563,9	21.579,2	7,8
Paraíba	19.135,3	9.552,9	28.688,2	10,4
Pernambuco	23.564,9	3.511,8	27.076,7	9,8
Piauí	7.593,9	2.462,6	10.056,5	3,6
R.G. do Norte	26.924,6	5.545,2	32.469,8	11,8
Sergipe	20.558,2	4.819,7	25.377,9	9,2
Espírito Santo	18.976,3	0,0	18.976,3	6,9
TOTAL	222.545,9	53.025,4	275.571,3	100,0

FONTE: Banco do Nordeste - Ambiente de Monitoração e Controle

(*) Exclusive as operações de apoio ao Projeto Amazon.

TABELA 6A

FNE – 2001(*)						
CONTRATAÇÕES POR ESTADO E POR SETORES (1)						
Estados	Setor Rural	Setor Agroindust.	Setor Industrial	Setor Comercial	Total Estado	Número de Benef.
Alagoas	9.073,9	474,5	3.960,1	19,0	13.527,5	6,1
Bahia	20.115,1	787,2	28.125,9	0,0	49.028,2	22,0
Ceará	12.552,0	0,0	7.503,4	331,0	20.386,4	9,2
Maranhão	5.945,8	24,1	720,1	145,3	6.835,3	3,1
Norte Minas	15.657,3	0,0	151,5	206,5	16.015,3	7,2
Paraíba	14.541,1	247,5	4.170,5	176,2	19.135,3	8,6
Pernambuco	15.757,1	3.574,3	309,9	3.923,6	23.564,9	10,6
Piauí	7.181,9	0,0	331,9	80,1	7.593,9	3,4
R. G. Norte	17.880,7	110,5	8.747,3	186,1	26.924,6	12,1
Sergipe	10.323,9	995,9	9.109,0	129,4	20.558,2	9,2
Espírito Santo	18.016,5	0,0	959,8	0,0	18.976,3	8,5
Total	147.045,3	6.214,0	64.089,4	5.197,2	222.545,9	100,0

FONTE: Banco do Nordeste - Ambiente de Monitoração e Controle

Nota: (1) Por "contratação" entende-se a realização de operações no período de JAN/DEZ-2001, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar

(*) Exclusive as operações de apoio ao Projeto Amazon.